

Brasil não intervirá por cubanos, diz Garcia

Assessor de Lula afirma que criticar o regime castrista é “contraproducente” e que melhor forma de ajudar é “não tomar partido”



Marco Aurélio Garcia disse que falas de Lula foram “laterais”

Sebastião Moura/Efe

Político qualifica de ‘laterais’ declarações de Lula sobre greve de fome e diz que Cuba ‘não é paradigma de direitos humanos’ para o Brasil

DA REDAÇÃO COLABORAÇÃO PARA A FOLHA DE S. P.

O assessor da Presidência para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, afirmou ontem que o governo brasileiro “não é uma ONG” e que não irá intervir na atual crise dos direitos humanos em Cuba porque “se relaciona com outros governos, e não com dissidentes”.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva atraiu críticas ao dizer, no começo desta semana, que a Justiça cubana deve ser respeitada por prender pessoas com base na lei do país e que “greve de fome não pode ser utilizada como pretexto de direitos humanos” para libertar

presos. “Imagine se todos os bandidos presos em São Paulo entrarem em greve de fome e pedirem liberdade”, comparou o presidente que, em fevereiro, visitou Havana no dia seguinte à morte do preso político Orlando Zapata Tamayo após greve de fome de 85 dias.

Em meio à greve de fome que o dissidente Guillermo Fariñas iniciou após a morte de Zapata — que já dura 18 dias —, o presidente, que jejuou nos anos 1980, durante a ditadura militar brasileira, disse ainda que a prática é uma “insanidade”.

Fariñas está hospitalizado desde anteontem, quando teve seu segundo desmaio. Ele diz que Lula é “cúmplice” da tirania do regime castrista.

Ontem, durante entrevista em São Paulo, Garcia disse que Lula trata da questão dos direitos humanos em Cuba “com a discrição que ele acha que tem que tratar” e defendeu que, às

vezes, “a melhor forma de ajudar é não tomar partido”. Para o assessor, os cubanos não dialogam “na base da exigência” e, por isso, criticar seria “contraproducente.” Ele exemplificou com políticas dos EUA que, diz, “agravaram” a situação “não só de cem dissidentes, mas de milhares de pessoas”.

Para o assessor, as declarações de Lula foram “laterais” e “não refletem a posição do Brasil e nem do Lula sobre os direitos humanos”. Segundo Garcia, o país faz defesa “intransigente” dos direitos humanos, mas só debate “nos fóruns multilaterais”. “O regime de Cuba não é paradigma para o nosso.”

Sobre a carta enviada por dissidentes cubanos a Lula pedindo que ele intercedesse para evitar a morte de Fariñas, Garcia confirmou sua devolução por falta de assinaturas e ressaltou acreditar que o presidente não pode reagir a “qual-

quer documento”.

O ministro Paulo Vanuchi (Direitos Humanos) também defendeu Lula ao falar da polémica, ontem. Ele disse que “não dá para concordar que tenha preso de opinião” nem em Cuba e nem em “nenhum lugar do mundo”, mas que Lula não deve se pautar “a partir do enquadramento editorial que se quer fazer”. “O que o presidente está dizendo é que não vai intervir na situação cubana.”

“Minha fala como autoridade é de que qualquer situação entre vida e morte é um problema de todos nós”, disse Vanuchi, durante aula inaugural do ensino médio da Escola Politécnica de Saúde, da Fiocruz, no Rio.

Quanto à comparação de Lula entre os presos políticos cubanos e presos comuns brasileiros, o ministro também o defendeu. “Já fiz greve de fome e o presidente disse várias vezes que isso não tem cabimento.”

Promoção Speedy 1 Mb.
Banda larga de verdade
por apenas R\$ 29,90.



Melhorar sempre.
O seu desejo é o mesmo
que o nosso.

Speedy

Ajude seu filho a chegar muito mais longe.

- Muito mais conhecimento e informação.
- Banda larga de verdade.
- Sem limite de download.
- Acesso Grátis ao site de educação
- Cliqueleia até o fim do ano.

Assine Speedy 1 Mb por apenas
R\$ **29,90**
/mês
até o fim de maio.
A partir de junho, R\$ 54,90/mês.

Ligue
0800 12 15 20
ou vá até uma loja Telefônica.



www.telefonica.com.br

Válido para novas aquisições de Speedy por clientes Telefônica até 20/3/10. Consulte regulamento. O serviço está sujeito a interrupções ou variações de velocidade, conforme disposto em contrato. Sujeito a disponibilidade e viabilidade técnica no estado de São Paulo. Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), ligue 103 15. Portadores de necessidades especiais de fala/audição, acesso pelo 142. Para saber qual a loja Telefônica mais perto de você, ligue 102 ou acesse o site da Telefônica.

OPINIÃO

Falas de Lula ilustram desafio diplomático

CLAUDIA ANTUNES
DA SUCESSALDO RIO

A O EQUIPARAR dissidentes em Cuba a presos comuns, o presidente Lula não apenas demonstrou fidelidade obsoleta ao que há de pior na ditadura cubana, como já se disse, mas também expôs uma posição

que é em tudo reacionária, obscurantista.

Em primeiro lugar, porque a objeção de consciência é um direito humano consagrado, e não só contra ditaduras. Mesmo em países democráticos, o indivíduo pode, por exemplo, se recusar a servir numa guerra à qual se opõe.

Depois, porque a greve de fome pode ser sim instrumento legítimo de pressão de presos comuns — ainda mais no Brasil, onde a Justiça é desigual, as condições carcerárias causam escândalos e a tortura é rotina em delegacias, em geral contra os pobres.

Mas as declarações de Lula e de sua equipe no caso de Cuba também acentuam um desafio que a diplomacia brasileira terá de enfrentar.

Está claro que, na questão dos direitos humanos, não é mais exequível se escudar apenas no princípio da não ingerência, que demandaria o silêncio absoluto — sem a defesa dos opositores cubanos ou, como foi feito, do regime.

Quanto mais atuar globalmente, mais o país será cobrado a se pronunciar sobre o tema, inscrito na Carta Brasileira. Para isso, terá que construir um novo paradigma, mais coerente, o que não é simples.

Abordar direitos humanos de forma seletiva é atrair problemas. O Brasil não pode distribuir elogios e críticas unilateralmente, exceto em casos evidentes de massacre de civis, porque se arriscaria a atuar ao sabor de lobbies, a limitar seu possível papel mediador, a ser

acusado de hipocrisia e a terminar isolado e atacado, por falta de realismo.

Mudanças

Mas o país pode mudar em dois níveis. Primeiro, na região e no continente.

A condenação ao golpe em Honduras, por exemplo, não foi um gesto unilateral brasileiro. Sua legitimidade decorreu da existência de um instrumento multilateral, a Carta Democrática da OEA (Organização dos Estados Americanos), que, se é imprecisa em outros itens, prevê sanções coletivas à derrubada à força de governos eleitos.

Se pretende exercer liderança regional, o Brasil terá de, mais cedo ou mais tarde, negociar mecanismos semelhantes para violações de direitos hu-

manos, algo que vá além do caráter normativo ou aspiracional dos tratados e declarações sobre o assunto.

No plano global, o Brasil precisa ser mais transparente sobre suas posições, sobretudo no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, no qual a diplomacia com frequência argumenta que negociar com os acusados de violações é mais produtivo do que sanções ou condenações rígidas.

Isso é verdadeiro até certo ponto. No Zimbábue, a insistência dos vizinhos na mediação resultou em acordo entre o regime de Robert Mugabe e a oposição. No Sudão, funcionou uma mistura de pressão e diálogo — hoje, mesmo os EUA negociam com Cartum sobre o conflito em Darfur.

O problema é que nem sempre fica claro o objetivo ou o porquê das opções brasileiras por diferentes gradações de firmeza, originando suspeitas sobre negociações de prestígio e votos em outras instâncias. Por isso, é necessário que a exposição de motivos seja feita com clareza e discutida de forma madura pela sociedade.

Está claro que, na questão dos direitos humanos, não é mais exequível se escudar apenas no princípio da não ingerência, que demandaria o silêncio absoluto, sem a defesa dos opositores cubanos ou do regime

A objeção de consciência é um direito humano consagrado, e não só contra ditaduras. Mesmo em países democráticos, o indivíduo pode, por exemplo, se recusar a servir numa guerra à qual se opõe

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.